

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 151000
Título: UE obriga a destruir 12 mil hectares de vinha					Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 7.4
2006/10/14	EXPRESSO – ECONOMIA	Pág.3	Imagem: 1/1		Periodicidade: Semanal	Inv.: 10375.00

UE obriga a destruir 12 mil hectares de vinha

Algumas zonas do país têm vinhas de muito má qualidade, que o ministro da Agricultura **Jaime Silva** quer arrancar. Por cada hectare serão pagos entre **12 a 20 mil euros** aos produtores aderentes

Portugal vai ter que arrancar perto de 12 mil hectares de vinha, a partir de 2008, de acordo com uma deliberação comunitária que está em preparação. As regiões mais afectadas por esta medida serão as do vinho verde e algumas zonas do interior onde, segundo Jaime Silva, ministro da Agricultura, só há vinho de má qualidade, sem qualquer espécie de qualificação (nem Vinho de Qualidade produzido em Região Determinada nem Denominação de Origem Protegida). No conjunto da União Europeia serão arrancados 400 mil hectares de vinha, sobretudo em França.

Os subsídios ao arranque poderão oscilar entre os 12 mil e os 20 mil euros por cada hectare. No entanto, o ministro considera que é um risco estar a atribuir estes valores em Portugal pois, se em França, por exemplo — onde as rentabilidades por hectare são elevadas —, isso pode não ser muito aliciante, em Portugal pode levar muitos pequenos produtores a abandonarem de imediato as suas produções. O que se passa é que, segundo o governante, estes produtores deparam-se sistematicamente com dificuldades no pagamento das produções que entregam às adegas, que muitas vezes demoram dois a três anos a liquidar as contas. “Se eu lhes disser que damos aqueles valores para arrancar, de um momento para o outro temos uma grande parte deles a querer optar por isso, o que pode criar graves problemas económicos e sociais em certas regiões, nomeadamente onde não é possível implementar outro tipo de culturas”, explica Jaime Silva.

Douro fica de fora

Há pouco tempo, quando Fischer Boel, comissária europeia para a Agricultura, visitou Portugal, o ministro fez questão de a levar ao Douro para lhe mostrar que, naquele local, não era possível arrancar vinha, pois ali, com aquele declive, outro tipo de culturas não são possíveis. “Ela percebeu logo que os produtos hortícolas que defendia em alternativa não podiam ser ali criados”, frisa o mesmo responsável. Jaime Silva diz que em determinados “locais marginais” o arranque até é bem-vindo, mas mesmo aí tem de ser controlado. E dá como exemplo o vinho verde que existe na bordadura das propriedades: “Até pode ser muito bonito em termos de paisagem, mas há ali produções que causam problemas ao escoamento do vinho verde de qualidade. Nestes casos podemos equacionar claramente a atribuição de prémios de arranque”.

Entretanto, a campanha de 2006 cifrou-se numa quebra de 4% em termos



“

O Instituto da Vinha e do Vinho passou de 250 para 52 efectivos e uma parte da sede será vendida, assim como a antiga sede do IFADAP”

de produção. Passou-se de 7.254.000 de hectolitros em 2005 para 6.930.000 de hectolitros no ano corrente.

“Perdemos em quantidade mas ganhámos em qualidade. Além disso estes dados permitem-nos reequilibrar alguns excedentes que tivemos em campanhas anteriores”, sublinha o ministro. Portugal mantém, apesar de tudo, a 4.ª posição no «ranking» de produtores a nível europeu, com a França a liderar destacadamente. A escala mundial ocupamos o 6.º lugar do «ranking». No grupo dos principais exportadores mundiais de vinho Portugal aparece colocado na 7.ª posição, de acordo com a Food and Agriculture Organization — FAO.

O responsável pela pasta da Agricultura diz que o arranque de alguma vinha de baixa qualidade vai ser benéfico para o sector, para o qual defende cada vez mais exigência, inovação tecnológica, profissionalismo, modernização de adegas e forte aposta nas exportações.

No que diz respeito à estrutura ministerial para a área do vinho, Jaime Silva aposta agora numa estratégia de emagrecimento, de onde resultou já a redução de efectivos no Instituto da Vinha e do Vinho de 250 para 52. Por outro lado, quer eliminar, numa primeira fase, 10 das actuais 18 Comissões Vitivinícolas Regionais. Mais tarde poderão ser ainda menos que as oito propostas.

Os cortes vão chegar também ao Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto.